PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes –
Zona Cívica Administrativa – CEP: 70.150-900
Telefones: (061) 3411.4246 / 3411.4330 Fax: (061) 3326.8449
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM

Ajuda-Memória – 33ª Reunião Ordinária

DATA: 3/3/2010, das 14:00 às 18:00h.
LOCAL: Auditório da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Brasília/DF
Participantes:

- Andréa Magnavita – MPOG
- Andréa Butto - MDA
- Ângela Fontes – Unifem
- Cecília Teixeira – Organismo Estadual
- Célia Vieira – MDS
- Cláudia Prates – CNDM
- Cristina Queiroz – SPM
- Edileuza Penha de Souza - convidada
- Elizabeth Marins – Ipea
- Fábia Souza – SPM
- Fernanda Bitencourt - SPM
- Gabriela Bastos – SPM
- Gláucia de Fátima Barban Morelli – CNDM
- Jeanete Mazzieiro – CNDM
- Lara Albuquerque - IBGE
- Leonor da Costa – MTE
- Lidiane Gonçalves – MS
- Lívia Pires – MTE
- Lourdes Bandeira – SPM
- Luana Pinheiro – SPM
- Lúcia Helena Rincon – CNDM
- Magaly Marques – Casa Civil

- Márcia Leporace - SPM
- Margareth Pessoa – Mcid
- Maria de Aquino – Organismo Estadual
- Natália Fontoura – Ipea
- Nina Madsen – SPM
- Renata Melo – Seppir
- Rosa de Lourdes Santos – CNDM
- Rosali Scalabrin – Organismo municipal
- Roseli Moraes – CEF
- Rosimeire Teles - CNDM
- Sônia Malheiros – SPM
- Taís Cerqueira – SPM
- Tatiana Braz Ribeiral - convidada
- Vera Lúcia de Oliveira - MAPA

1. Informes gerais

A Coordenadora do Comitê, Lourdes Bandeira, iniciou a reunião pelo primeiro ponto da pauta aprovada, que se referia aos seguintes informes gerais:
a) Comemoração do Centenário do 8 de março: que acontecerá na Estação Leopoldina, no Rio de Janeiro, a partir das 11 horas do dia 08/03/2010, com a presença do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Foi ressaltada a importância da presença de ao menos uma representação de cada Ministério que participa do Comitê no evento, cuja programação incluirá feira e exposição de produtos e serviços originados de projetos de capacitação profissional de mulheres em comunidades do Rio de Janeiro e apresentações culturais promovidas por grupos de mulheres.
b) Preenchimento do Sistema de Acompanhamento do PNPM: Fábia Souza, da SPM, informou que foi feito um levantamento do preenchimento de cada Ministério no Sistema de Acompanhamento do Plano e que, posteriormente, será entregue para que cada representante avalie. Fábia ressaltou que o acesso ao Sistema pela sociedade civil está pronto e que a data de sua divulgação deverá ser decidida na presente reunião. Célia Vieira, do MDS, questionou a diferença entre "execução física" e "resultados" no preenchimento das ações, no que foi informada que execução física refere-se às metas e aos produtos executados – é um campo meramente numérico, enquanto no campo "resultados" deve ser escrito tudo o que foi feito na ação, tratando-se de um campo qualitativo.
c) Workshop sobre comitês de gênero: Foi definido que o workshop será realizado na primeira semana de maio, em data a ser posteriormente informada a todas as representantes. Leonor da Costa, do MTE, informou que haverá presença da Secretaria Executiva do órgão no workshop.
d) Célia Vieira salientou que o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome já enviou convite por e-mail para o lançamento, no dia 8 de março, do Comitê MDS de Gênero, e reiterou o convite a todas as presentes.

2. Aprovação das Memórias
Luana Pinheiro, da SPM, passou ao segundo ponto de pauta, informando que as memórias da 31ª e da 32ª Reuniões Ordinárias do Comitê haviam sido enviadas por e-mail a todas as integrantes. Como não houve qualquer manifestação sobre os documentos, os mesmos foram considerados

aprovadas, com a ressalva de que qualquer alteração ainda poderia ser enviada até o final da semana seguinte.

3. Discussão Temática – Palestra da convidada Daniela Nogueira

A coordenadora do Comitê passou, então, para o terceiro ponto de pauta, convidando a pesquisadora Daniela Nogueira, do Ministério da Integração Social, para apresentar sua tese de doutorado, intitulada "Gênero e água – desenhos do norte, alternativas do sul: análise da experiência do semi-árido brasileiro na construção do desenvolvimento democrático". A tese tem por objetivo "investigar a relação entre gênero, água e desenvolvimento, e o impacto das políticas de água voltadas para o Semi-Árido brasileiro na vida das mulheres e nas relações de gênero".

Daniela deu início à apresentação, pontuando que o trabalho faz uma análise sobre o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e, embora o Programa não seja direcionado para as mulheres, por ser uma política de acesso à água, tem impacto direto na vida das mulheres e das famílias. Daniela lembrou que nas mais diferentes culturas, a busca de água faz parte de uma tarefa cotidiana das mulheres.

Após a apresentação, a coordenação do Comitê abriu espaço para discussão, que trouxe as seguintes reflexões:

a) Célia Vieira, do MDS, parabenizou a pesquisadora Daniela Nogueira pela apresentação, e ressaltou que o Ministério do Desenvolvimento Social é um dos responsáveis pelos recursos do Programa P1MC. Lembrou ainda que, em 2006, o MDS fez uma pesquisa de campo para avaliar o impacto do Programa na vida das pessoas, momento no qual ficou evidenciado o potencial desses programas. Aproveitou a oportunidade para convidar Daniela a apresentar o trabalho no MDS. Daniela informou que o MDS é um grande parceiro do programa, apoiando mais de 80% dos recursos do M1PC, e seria, portanto, muito importante conversar sobre isso no próprio ministério.

b) Rosemeire Teles, do CNDM, parabenizou Daniela e informou que em certas regiões do Amazonas há muita água, mas que está é de péssima qualidade para consumo. Ainda assim, não houve qualquer iniciativa de estudos como estes, razão pela qual sugeriu que o trabalho seja ampliado para outras localidades, ressaltando que para evitar a escassez de água são necessárias políticas públicas. Daniela Nogueira informou que o contexto do estado do Amazonas é bem diferente da região do Programa, pois a tese trata de regiões semi-áridas, consideradas zonas de desertificação. Ainda assim, Daniela ressaltou a importância de que o programa seja implementado também em outras regiões.

c) Nina Madsen, da SPM, também parabenizou Daniela e questionou quanto ganhava um homem para construir uma cisterna, visto que, em sua apresentação, Daniela informou que cada mulher recebia cerca de 170 reais. Fábia Souza questionou sobre o tempo que se leva para construir uma cisterna e quantas pessoas são responsáveis por isso. Daniela Nogueira afirmou que os homens ganham o mesmo valor para construir uma cisterna e que se leva cerca de 5 dias para construí-la. Este trabalho é feito, geralmente, por 4 ou 5 pessoas.

d) Janete Mazzieiro, do CNDM, agradeceu o convite para participar desta reunião, e informou que as mulheres ribeirinhas do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, também sofrem com a escassez de água e carregam água durante um percurso muito longo. Em função deste fato, solicitou que esta apresentação pudesse ser disponibilizada às mulheres da região. Questionou, ainda, se a cisterna é coletora somente de água da chuva. Daniela respondeu que a cisterna capta a água da chuva a partir do telhado e que muitos municípios do Vale do Jequitinhonha fazem parte do Programa 1 Milhão de cisternas.

e) Gláucia Morelli, também do CNDM, elogiou Daniela e a SPM pela iniciativa, ressaltando que esse tipo de discussão amplia a possibilidade de somar esforços e mostrar como determinados projetos atingem especialmente as mulheres. Destacou que o Programa Luz para Todos, por

exemplo, também tem significado especial para as mulheres e não há um estudo como esse para mostrar essa potencialidade.
f) Andréa Butto, do MDA, reforçou dois aspectos da apresentação. Em primeiro lugar, questionou a quem o Estado se dirige como beneficiário, já que há vários programas que estabelecem prioridades para chefes de família, mas há dificuldade de fazer das mulheres beneficiárias legítimas de uma ação de governo. Mesmo com a criação de várias institucionalidades e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ainda há muita dificuldade para isso. O segundo aspecto pontuado foi a questão da divisão sexual do trabalho evidenciada no Programa, que aponta que as mulheres gastam tempo para o trabalho, mas, muitas vezes, este trabalho é para o auto-consumo. Este é um aspecto importante a ser alterado.
g) Rosa de Lourdes, do CNDM, compartilhou com o grupo sua experiência de trabalho em comunidades com pouco saneamento básico e a grande dificuldade para conseguir água. Apontou para o problema do desperdício de água potável nas grandes cidades.
Finalmente, Lourdes Bandeira agradeceu à Daniela pela apresentação e encerrou o ciclo de debates.

4. Apresentação da proposta de texto para o Consenso de Brasília
Neste ponto de pauta, Sônia Malheiros, da SPM, explanou sobre a proposta do Consenso de Brasília, elaborado para deliberação na XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, da CEPAL, que será sediada em Brasília em julho de 2010. O último Consenso foi resultado da X Conferência Regional, que ocorreu em 2007, no Equador, tendo sido nomeado de Consenso de Quito.
A primeira proposta de Consenso de Brasília, foi constituída a partir do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, pela SPM, em consulta ao CNDM e ao Comitê, será encaminhada à CEPAL e, posteriormente, será enviada a todos os países que tomarão parte da Conferência. Neste sentido, Sônia Malheiros solicitou que, caso algum órgão deseje encaminhar alguma observação em relação à primeira proposta para o aprimoramento do documento, que o faça até o dia 10 de março.
Sobre o Consenso, Natália Fontoura, do Ipea, indagou sobre o significado político desse tipo de documento. Sônia Malheiros destacou que o documento tem importância política, pois serve como instrumento político de pressão, tanto da SPM quanto de movimentos sociais. Lourdes Bandeira lembrou que, no Consenso de Quito, institucionalizou-se a criação de observatórios e que o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero foi, do ponto de vista institucional, uma resposta imediata a esta previsão. Nina Madsen complementou dizendo que esta é uma conferência organizada pela CEPAL com a mesa diretiva de organização de interesse de mulheres. Logo, o Consenso tem valor político e prático com função importante para mecanismos nacionais.
Rosali Scalabrin, do Fórum de Organismos, questionou sobre quem são as participantes da conferência, momento no qual Sônia Malheiros esclareceu que esta é uma reunião de natureza governamental, com convidadas da sociedade civil, e que somente poderão participar pessoas convidadas. Estas deverão somar cerca de 700 pessoas, sendo que boa parte delas são do Brasil. A ideia é que o Brasil tenha uma delegação expressiva.
Lúcia Rincon, do CNDM, destacou que estamos adiantadas no processo e cumprimentou a SPM pela iniciativa. Salientou ainda que, gostaria de fazer algumas alterações no texto, em especial na página 2 da proposta, no último parágrafo, onde acha que deve-se acrescentar a questão da classe social, raça/etnia e orientação sexual.
Rosa de Lourdes, do CNDM, ponderou que o processo de construção, às vezes, tem mais peso que o próprio documento, e chamou a atenção para a o fato de que o Brasil, desde 1991, batalha pela

Convenção de Belém do Pará e se mobiliza com outros países pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.
Andréa Butto, do MDA, destacou que a Conferência de Quito tinha um olhar específico para os temas da participação política e do trabalho não-remunerado, enquanto nesta Conferência os temas se restringiram, sendo necessário avaliar melhor o conteúdo do documento. Sônia Malheiros informou que, normalmente, as Conferências têm um temário central. Na Conferência do Consenso de Brasília, o tema será a questão econômica, principalmente devido à crise do ano passado. Porém, deve ser lembrado que há articulação do tema central com outras questões; há temas que aparecem, mas não estão contemplados nas proposições. Há uma série de termas que o Brasil introduziu a partir de suas experiências, o que deve ser considerado um avanço.
Andréa Butto lembrou, ainda, que um dos papéis do Observatório era estabelecer mecanismos de monitoramento, e quis saber como isto está acontecendo em outros países. Questionou também se essa discussão se restringe ao âmbito do Comitê ou se há uma preparação demorada, como um seminário, no qual se poderia tratar cada um dos pontos com a delegação brasileira. Sônia esclareceu que não foi possível desenvolver uma atividade como o Seminário, mas que esta pré-proposta é resultado de debates no Comitê e no CNDM e que a mesma será debatida entre os países, antes de ser apresentada para deliberação na Conferência Regional.
Gláucia Morelli, do CNDM, afirmou que é importante entender o papel das organizações não-governamentais no processo da Conferência. Sônia Malheiros esclareceu que a CEPAL está articulando a atuação dentro da Conferência e a idéia que se tem é que essas organizações façam mobilização dentro dos países, envolvendo várias redes. A CEPAL pediu referências de redes e organizações para se articularem nos eventos parceiros à conferência.
Cecília Teixeira, do Fórum de Organismos, chamou a atenção para o segundo ponto do tópico 2.11, na página 8 da proposta. Cecília afirmou que não compreendeu por que está escrito "acesso à justiça e à assistência jurídica gratuita às mulheres, em particular para jovens e adolescentes, em situação de violência" e ressaltou que essa garantia de acesso deve ser ampliada às mulheres negras, lésbicas, entre outras, e não somente às jovens e adolescentes.
Sônia Malheiros destacou a importância de se pensar um consenso regional, que responda à complexidade imposta pelas diferenças e especificidades de cada país e que, portanto, esse processo deverá ser muito negociado e, eventualmente, poderá recuar em alguns assuntos. Talvez seja necessário alterar os "considerandos" do documento, tendo cuidado em relação a alguns temas, como o aborto. Sugeriu, assim, que todas as sugestões de aprimoramento doa proposta fossem enviadas via e-mail para a SPM.
Lourdes Bandeira reafirmou que todas as sugestões haviam sido anotadas e que as alterações poderiam ser enviadas até o dia 10 de março, quando a proposta será encaminhada para discussão com os demais países da América Latina.

5. Apresentação do VII Relatório Brasileiro da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres

Sônia Malheiros deu início ao quinto ponto da pauta informando que o Brasil deve, periodicamente, fazer um relatório de prestação de contas das políticas desenvolvidas em relação à promoção da igualdade de gênero para ser entregue à Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres – CEDAW. Uma vez entregue, o país deve defender o Relatório perante o Comitê Cedaw, respondendo às questões elaborados.
Em razão deste fato, a SPM organizou proposta de documento, que se refere ao sétimo informe do país ao Comitê Cedaw, e encaminhou aos ministérios para que pudessem fazer suas alterações e considerações. Vários ministérios enviaram sua contribuição para a construção do Relatório, mas ainda parecem estar faltando alguns dados ou políticas a serem informados, razão pela qual está

sendo novamente discutido nesta reunião. Fábia Souza lembrou que o relatório foi enviado via e-mail, mas encaminhará novamente para aquelas que ainda não receberam.
Andréa Butto questionou se existe a possibilidade de acesso aos relatórios dos outros países. Sônia Malheiros esclareceu que na página da ONU, na internet, há todos os relatórios que já foram analisados, inclusive as recomendações da CEDAW, escritos nas 6 línguas oficiais da ONU.

6. Próxima reunião

A coordenação do Comitê relembrou que a próxima reunião do Comitê corresponderá ao workshop para criação dos comitês de gênero nos ministérios e que a data, tal como acordado, será definida para um dos dias da primeira semana de maio.